

Demonstração dos Resultados por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2016

Instituição: 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Número RS/Actividades agregadas: 5

Mapa A. Demonstração dos resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	353.301,24	343.312,30
Subsídios, doações e legados à exploração		405.927,36	408.910,17
ISS, IP – Centros Distritais	11.1	281.464,24	266.854,32
Outros		124.463,12	142.055,85
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-99.900,73	-101.542,53
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-157.900,63	-185.083,81
Gastos com pessoal	9	-503.067,75	-489.023,12
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.9	-856,96	1.239,28
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	11.12	55.664,76	31.798,36
Outros gastos e perdas	11.13	-6.723,74	-5.371,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		46.443,55	4.238,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-31.719,56	-55.161,20
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14.723,99	-50.922,48
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	17.899,33	18.262,08
Juros e gastos similares suportados	11.14	-229,15	-111,90
Resultado antes de impostos		32.394,17	-32.772,30
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		32.394,17	-32.772,30

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2016

Instituição: 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	442.721,43	466.444,52
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento	5	219.819,68	219.819,68
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	251.377,31	197.040,65
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		913.918,42	883.304,85
Activo corrente			
Inventários	6	8.372,04	8.519,85
Clientes	11.2	51.437,78	68.616,09
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.3	1.602,00	2.005,50
Outras contas a receber		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11.5	389.105,61	362.151,22
Outros		0,00	0,00
		450.517,43	441.292,66
Total do Activo		1.364.435,85	1.324.597,51
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.6	305.221,26	305.221,26
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.6	698.409,51	731.181,81
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	221.171,03	220.966,94
		1.224.801,80	1.257.370,01
Resultado líquido do período	11.6	32.394,17	-32.772,30
Total do fundo de capital		1.257.195,97	1.224.597,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		0,00	0,00

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2016

Instituição: 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	17.979,92	14.312,26
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.8	20.095,79	22.020,17
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	11.9	69.164,17	63.667,37
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
Total do Passivo		107.239,88	99.999,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		107.239,88	99.999,80
		1.364.435,85	1.324.597,51

CENTRO JUVENIL DE S. JOSE
GUIMARÃES

Luís Alon
mg.
+ [Signature]
[Signature]
[Signature]

Anexo
Contas de 2016

Revisão
K. M. A. S.
mg
A
A. S.

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	13
3.4	Principais fontes de incerteza das estimativas	13
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5	Activos Fixos Tangíveis.....	14
6	Activos Intangíveis	15
7	Inventários	16
8	Rédito	16
9	Benefícios dos empregados	16
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
11	Outras Informações	17
11.1	Investimentos Financeiros	17
11.2	Clientes e Utentes	17
11.3	Outras contas a receber.....	18
11.4	Diferimentos	18
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	18
11.6	Fundos Patrimoniais.....	19
11.7	Fornecedores	19
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	19
11.9	Outras Contas a Pagar.....	20
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	20
11.11	Fornecimentos e serviços externos	20
11.12	Outros rendimentos e ganhos	21
11.13	Outros gastos e perdas	21
11.14	Resultados Financeiros	22
11.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	22

1 Identificação da Entidade

O Centro Juvenil de s. José é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República n.º 60 – III Série de 11 de Março de 1995, com sede na Rua D. Domingos da Silva Gonçalves, na União de freguesias de Oliveira do castelo, S. Sebastião e S. Paio, concelho de Guimarães. Tem como atividade a gestão de uma Lar de Infância e Juventude e de uma Creche. Subsidiariamente, explora, integrada no Lar de Infância e Juventude, uma Gráfica e, nos alojamentos não utilizados pelo LIJ, um Hostel.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Em 2016 as demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- * Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- * Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de março;
- * Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de março;
- * NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março;
- * Normas Interpretativas (NI)

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

Com base na informação e nas expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Pressuposto do Acréscimo:

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

3.1.3 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na

face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.



As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes

permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado nos fundos patrimoniais como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método *da linha reta*, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R', 'Mig', and 'Aguilera'.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Activos fixos tangíveis	4 e 6

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta variações nos fundos patrimoniais.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por uma entidade especializada independente. São reconhecidas as variações diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica aumentos/reduções de justo valor.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica propriedades de investimento em desenvolvimento até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como variação de valor das propriedades de investimento, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividade de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.2.5 Imposto sobre o Rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

3.2.6 Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

- a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:
 - i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
 - ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
 - iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

- b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (exceto quando se tratam de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (são adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados).
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.8 Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.9 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existir uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de outras variações nos fundos patrimoniais. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Locação Financeira

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.12 Empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.13 Benefícios aos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- a) Benefícios de curto-prazo;

Os benefícios de curto prazo incluem, remunerações e contribuições para a Segurança Social.

b) Benefícios de cessação.

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					
Edifícios e outras construções	865.346,20					865.346,20
Equipamento básico	621.420,84	202,44				621.623,28
Equipamento de transporte	51.276,36					51.276,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	167.850,10	190,00				168.040,10
Outros Activos fixos tangíveis	39.246,56					39.246,56
Total	1.745.140,06	392,44	0,00	0,00	0,00	1.745.532,50
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	412.073,16	9.921,61				421.994,77
Equipamento básico	598.810,24	17.562,54				616.372,78
Equipamento de transporte	45.486,36	2.895,00				48.381,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	128.310,46	24.782,05				153.092,51
Outros Activos fixos tangíveis	39.246,56					39.246,56
Total	1.223.926,78	55.161,20	0,00	0,00	0,00	1.279.087,98

Propriedades de Investimento

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	219.819,68					219.819,68

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	865.346,20	0,00				865.346,20
Equipamento básico	621.623,28	5.518,86				627.142,14
Equipamento de transporte	51.276,36	0,00	0,00			51.276,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	168.040,10	2.477,61				170.517,71
Outros Activos fixos tangíveis	39.246,56	0,00	0,00			39.246,56
Total	1.745.532,50	7.996,47	0,00	0,00	0,00	1.753.528,97
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	421.994,77	9.921,61				431.916,38
Equipamento básico	616.372,78	4.643,57	0,00			621.016,35
Equipamento de transporte	48.381,36	2.895,00	0,00			51.276,36
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	153.092,51	14.259,38				167.351,89
Outros Activos fixos tangíveis	39.246,56	0,00	0,00			39.246,56
Total	1.279.087,98	31.719,56	0,00	0,00	0,00	1.310.807,54

Propriedades de Investimento

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	219.819,68					219.819,68

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A Instituição não tem ativos intangíveis.

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.839,78	90.740,73	9.481,87	8.519,85	96.693,54	3.059,38	8.372,04
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	9.839,78	90.740,73	9.481,87	8.519,85	96.693,54	3.059,38	8.372,04

8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	210.461,36	197.530,12
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utentes	54.613,60	52.993,68
Quotas e jóias	3.409,00	2.448,00
Serviços Secundários (Hostel)	84.817,27	90.340,50
Comparticipação de Utentes	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	353.301,23	343.312,30

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 38,25 e em 2016 foi de 38. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	408.795,20	398.002,96
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2.420,28	3.977,04
Encargos sobre as Remunerações	84.758,03	80.303,57
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.753,99	5.208,54
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.340,25	1.531,01
Total	503.067,75	489.023,12

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	199.76	199.76
Outros investimentos financeiros	251.177,55	196.840,89
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	251.377,31	197.040,65

Os Investimentos noutras empresas diz respeito à participação na Cooperativa Agrícola de Guimarães. Os outros Investimentos financeiros referem-se:

- à aquisição de 250 obrigações de valor nominal unitário de 1000€ cada, da emissão de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável de 19 de Maio de 2016, por 5 anos, com uma taxa de juro equivalente à Euribor a 6 meses acrescido de 2,2 pp, sendo a taxa nominal mínima de 2,2%, com pagamento semestral de juros.
- à contribuição com 1.177,55€ para o FCT – Fundo de Compensação do Trabalho.

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	51.437,78	68.421,34
Utentes	0,00	194,75
Total	51.437,78	68.616,09

Refira-se que no final de 2016, existem 10.535,43 de crédito sobre clientes classificados de cobrança duvidosa integralmente cobertas por imparidades.

11.3 Outras contas a receber

A rubrica outras contas e a receber tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1602,00	2.005,50
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1.602,00	2.005,50

O valor registado em 2015 e 2016 na rubrica outros devedores refere-se às quotizações de associados vencidas e não pagas em 2016.

11.4 Diferimentos

Neste ponto não há nada a referir.

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	789,54	361,78
Depósitos à ordem	273.316,07	46.789,44
Depósitos a prazo	115.000,00	315.000,00
Outros		
Total	389.105,61	362.151,22

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	305.221,26			305.221,26
Excedentes Técnicos				
Reservas	0		0	
Resultados Transitados	731.181,81		32.772,30	698.409,51
Outros variações nos fundos patrimoniais	220.966,94	6.000,00	5.795,91	221.171,03
Resultados do exercício	-32.772,30			32.394,17
Total	1.224.597,71	6.000,00	38.568,21	1.257.195,97

O aumento registado nas “outras variações nos fundos patrimoniais” de 6.000,00€ deve-se ao Subsídio da Câmara Municipal de Guimarães para equipamento Didático. A diminuição registada resulta da afectação à conta da exploração do valor anual de subsídios a fundo perdido recebidos para investimento.

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	17.979,92	14.316,24
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	17.979,92	14.316,24

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.181,53	10.731,14
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.012,76	2.540,63
Segurança Social	8.901,50	8.748,40
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	20.095,79	22.020,17

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		67.230,75		61.733,95
Cauções	0,00		0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		525,00		525,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores	0,00	1.408,42	0,00	1.408,42
Total	0,00	69.164,17	0,00	63.667,37

As remunerações a pagar referem-se ao direito adquirido em 2016 pelos colaboradores da Instituição das férias e do subsídio de férias a gozar e a liquidar em 2017.

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	384.088,24	369.478,32
Subsídios de outras entidades	6.157,53	20.878,37
Doações e heranças	5.681,59	18.553,48
Legados	10.000,00	0,00
Total	405.927,36	408.910,17

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Fornecimentos e Serviços Externos	157.900,62	185.083,81

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	15.589,62	4.480,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	344,99	398,87
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	16.705,57	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	2.435,88
Outros rendimentos e ganhos	23.024,58	24.483,01
Total	55.664,76	31.798,36

Nesta rubrica estão incluídos, em 2016, entre outros, os proveitos respeitantes à venda de energia produzida nos painéis fotovoltaicos (1.656,04€), subsídios para investimentos (5.795,91€), entregas por ordem do Tribunal (11.880,00€), consignação 0,5% IRS (2.283,50€), proveitos de refeições e de alojamentos (13.933,58€), reembolso das Obrigações de Caixa EDP com o valor nominal de 1000€, com cupão anual de 5,875%, que atingiram a maturidade em Fevereiro de 2016, gerando uma mais-valia de (16.705,57€).

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	391,16	378,37
Dívidas incobráveis	953,10	532,38
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	5.379,48	4.461,18
Total	6.723,74	5.371,93

Nesta rubrica de outros gastos e perdas inclui-se, em 2016, as gratificações de utentes do LIJ no valor de 2.770,00€.

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	229,15	111,90
Total	229,15	111,90
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	17.899,33	18.262,08
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0	0,00
Total	17.899,33	18.262,08
Resultados Financeiros	17.670,18	18.150,18

Do valor registado, 15.324,86€ referem-se a os juros do investimento realizado em obrigações emitidas pela EDP e os restantes 2.574,47€, a juros de depósitos bancários.

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em, 15 de Fevereiro de 2017.

GUIMARÃES, 15 de Fevereiro de 2016

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

The image shows several handwritten signatures in blue ink. The top signature is 'Miguel Alves'. Below it is a signature that appears to be 'Francisco José de Sousa'. The next signature is 'Gabriela Cordeiro'. Below that is another signature, possibly 'António...'. The bottom signature is 'Francisco João do Espírito Santo'.